

ALGUNS ASPECTOS GEOGRAFICOS DA IMPRENSA REGIONAL EM PORTUGAL

A presente nota pretende tão-somente salientar alguns aspectos que poderão de algum modo contribuir para a compreensão dos actuais contornos da imprensa regional, sobretudo no que se refere à sua repartição territorial.

A informação utilizada nesta breve análise foi-nos fornecida pela Direcção-Geral da Comunicação Social (lista dos periódicos existentes em 1987, com indicação do local de sede e periodicidade das edições), e posteriormente complementada com alguma informação disponível na Associação Nacional de Imprensa Não Diária. Por este motivo foi apenas possível observar o ano de fundação e a entidade proprietária para respectivamente 145 e 157 dos 495 jornais de informação geral e âmbito regional editados no País.

Nas figuras 1 e 2 estão respectivamente representadas as frequências quinquenais da data de fundação dos 145 jornais e as frequências anuais dos periódicos fundados entre 1974 e 1985. Apesar das precauções que devem ser tomadas na leitura destas figuras, na medida em que não estão representados os títulos que foram desaparecendo ao longo deste século, nem podem ser detectados os casos em que a mudança de gerência ou de nome do jornal provocaram uma alteração na data de fundação, sobrevalorizando assim a frequência dos anos mais recentes, cremos poder destacar três períodos distintos de crescimento da imprensa regional:

- nas primeiras duas décadas do século XX, correspondendo aos finais da monarquia constitucional e à emergência da Primeira República;
- do fim da Segunda Guerra Mundial a meados da década de 50, que correspondem à fase de arranque industrial do Estado Novo;
- a partir de 1974 até à actualidade, sobretudo desde 1977.

Estes períodos, ainda que incidindo em contextos históricos muito diferentes, apresentam em comum o facto de constituírem fases de transformação mais ou menos profunda do regime político vigente.

No 1.º período, o aparecimento de vários jornais regionais está relacionado com a difusão dos ideais republicanos e coincide com uma fase de grande movimentação operária em todo o país, materializada na criação de inúmeras associações regionais de âmbito laboral, recreativo, cultural, etc. Se este incremento acelerado do movimento associativo teve fortes repercussões sociais e políticas, originou paralelamente, em muitas áreas do país, com particular incidência nas manchas industriais e nos centros urbanos mais importantes, uma difusão significativa de jornais.

As cidades de Lisboa, Porto, Coimbra, Viana do Castelo, Santarém, Faro, para além das áreas de implantação tradicional de indústria têxtil: distritos do Porto e Braga (O Jornal de Felgueiras, O Comércio da Póvoa, entre outros), e concelhos da Serra da Estrela (Notícias de Gouveia, Notícias da Covilhã, por exemplo), são alguns casos de que

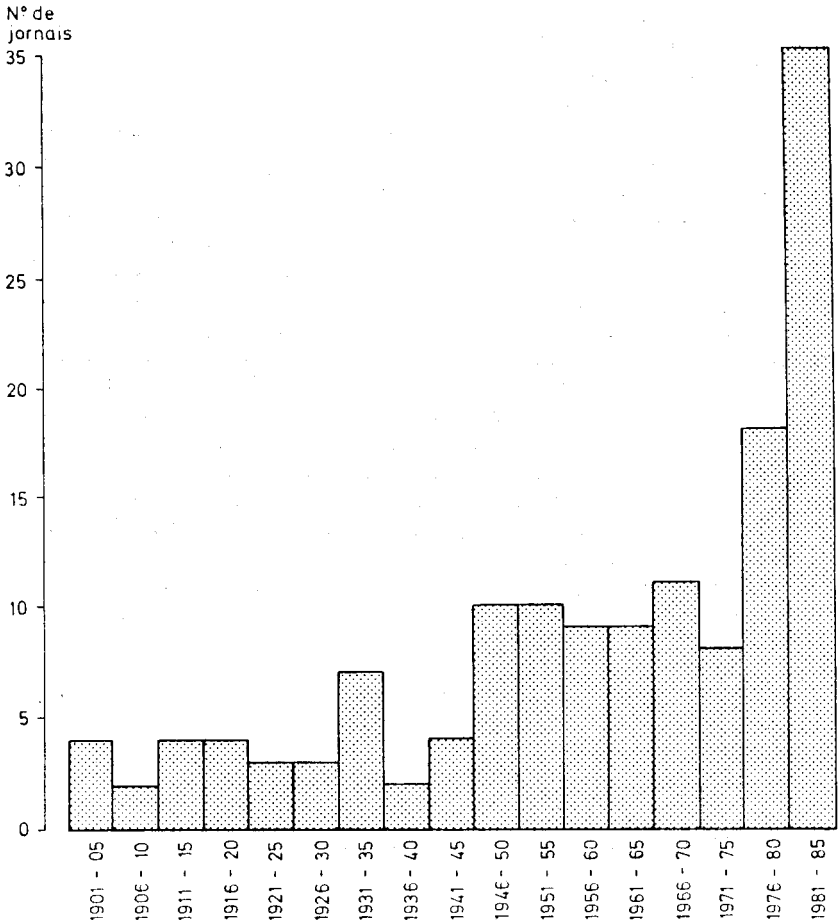


Fig. 1 — Quinquênios de fundação dos 145 jornais de âmbito regional analisados, 1900 a 1985.

temos conhecimento. Numa altura em que a integração económica e social do território português era ainda muito incipiente e circunscrita regionalmente a alguns focos de maior desenvolvimento económico, compreende-se a importância da imprensa regional como veículo de difusão da informação, substituindo a inexistência ou precaridade dos meios de comunicação de alcance nacional.

O 2.º período (fins da década de 40 até meados dos anos 50) parece ter representado o auge duma intensa fase de reestruturação iniciada com o Estado Novo. A repressão, a censura, e o apertado controlo social e ideológico da ditadura nas décadas de 30 e 40, necessários à sua consolidação, implicaram o desaparecimento de muitos jornais e

impediram o desenvolvimento de outros. Em contrapartida, a imprensa regional constituía simultaneamente um instrumento privilegiado de publicidade e apologia ao regime, actuando a uma escala geográfica particularmente sensível à ideologia dominante e valorizada por esta. O pendor ruralista e localista do Estado Novo, designadamente procurando substituir uma solidariedade de base classista por uma solidariedade de base territorial, justifica a atenção que lhe mereceu a imprensa regional em 1933 e 1934. O Secretariado da Propaganda Nacional elaborou nestes dois anos um relatório pormenorizado da situação de todos os jornais de província (247 no total), iniciando-se a partir dessa data uma campanha sistemática de eliminação da imprensa de oposição, através do boicote económico, da censura prévia, do simples impedimento da venda, ou pela substituição dos directores, redactores e funcionários por pessoas afectas ao regime. A nomeação dos directores dos jornais passa também a ser rigorosamente controlada e carecia da aprovação da Administração Central. Este período de intensa repressão alargou-se até finais da década de 40. Dois outros factores, embora secundários, podem também ter concorrido para o decréscimo ou estagnação do número de jornais regionais, como a vulgarização da rádio e o alargamento do seu alcance territorial, e as dificuldades económicas que o país atravessou, decorrentes do período de guerra na Europa.

Com início na segunda metade da década de 40 desenha-se a fase de reconstrução do aparelho informativo regional sob os novos moldes ideológicos, organizativos e também territoriais, que se prolongará até meados dos anos 50. O suporte deste crescimento parece assentar na Igreja; com efeito, a grande maioria dos 28 jornais referenciados, cuja entidade proprietária é a Igreja (quadro I), tiveram origem neste período. Não será difícil compreender esta relação.

Em termos político-ideológicos é genericamente clara a forte ligação entre a Ditadura e a Igreja, e se o controlo da imprensa regional

QUADRO I

Entidades proprietárias de 157 jornais de informação geral
de âmbito regional — 1986

Entidades proprietárias	N.º de jornais	% de jornais	
Privadas {	Em nome individual	69	43.9
	Sociedades/empresas	42	26.8
Igreja	28	17.8	
Assoc. culturais/Soc. recreativas	11	7.0	
Cooperativas	4	2.5	
Instituições de beneficência	2	1.3	
Autarquias	1	0.6	
Total	157	100.0	

permitia a esta alargar e aprofundar a sua influência, mormente em áreas do país onde, durante a Primeira República, o anti-clericalismo a tinha duramente atingido, facultava simultaneamente ao regime a possibilidade de garantir a divulgação da sua mensagem, com uma economia sensível de esforço e de preocupações.

Em termos organizativos e logísticos, seria impossível encontrar outra instituição com uma estrutura interna tão bem consolidada, mas sobretudo com uma cobertura integral do território e um conhecimento profundo das realidades locais.

Em termos geográficos operou-se genericamente uma transformação no padrão espacial de distribuição dos jornais e nos contornos dos seus âmbitos territoriais: dos inúmeros jornais de vocação regional ou pelo menos supraconcelhia, que evidenciavam uma concentração particular nas cidades ou em algumas vilas mais populosas, observou-se a tendência para uma pulverização de periódicos concelhios cujo noticiário só ocasionalmente ultrapassava os limites do município. Esta transformação reproduzia a própria estrutura territorial da Igreja e acentuava as características localistas e bairristas pretendidas pelo regime.

Duas outras componentes, embora secundárias, parecem também ter contribuído para o crescimento da imprensa regional neste período:

— o relativo enfraquecimento político da ditadura, resultante do desenlace da Segunda Guerra Mundial e da derrota do «Eixo» com que se identificava ideologicamente, deu um novo alento à imprensa regional de oposição (que apesar dos bloqueios antes referidos constituía um dos únicos veículos de divulgação da contestação ao regime fascista). O *Jornal do Fundão* e o *Notícias da Amadora* são dois dos exemplos mais significativos de jornais de oposição que surgiram neste período e que por este motivo alcançaram rapidamente uma projecção regional e mesmo nacional;

— a viragem na política económica do Estado Novo, nomeadamente proporcionando condições para o desenvolvimento industrial, favoreceu concomitantemente uma relativa renovação dos quadros políticos do regime. Neste contexto a imprensa regional terá constituído uma das vias de promoção política e social das individualidades locais, função que, aliás, pensamos que continuou a manter.

A partir de meados da década de 50 o ritmo de aparecimento de novos jornais decaiu, o que de certo modo indica o fim deste período de reestruturação e por outro lado coincide com o aparecimento e expansão da televisão.

Antes de nos referirmos ao último período atrás definido (após 1974), não queríamos deixar de salientar a forte repercussão que o fenómeno emigratório teve no desenvolvimento da imprensa regional, sobretudo no Norte e Centro do país. Como se analisará posteriormente, a sobrevivência de muitos jornais, particularmente de âmbito local, assentou na procura dos emigrantes, o que poderá ter contribuído para que entre meados dos anos 50 e 1974, apesar do decréscimo de população, em vastas áreas do país e da concorrência crescente de outros meios

de comunicação social, o ritmo de surgimento de novos jornais pareça não ter sido muito afectado.

Após o 25 de Abril de 1974, desenha-se uma nova fase de reestruturação do aparelho informativo local e regional, marcado pelo aparecimento de inúmeros periódicos. As condições sociais e políticas decorrentes do fim do Estado Novo (fim da censura prévia, liberdade de expressão e reunião, etc.) possibilitaram a afirmação de numerosas correntes de opinião de cariz político, ideológico, cultural, concomitantemente com a emergência de um vasto movimento associativo em todo o país. A imprensa regional constituiu para este um veículo privilegiado de divulgação ao nível local e regional. Sobretudo na segunda metade da década de 70, quando o debate político-ideológico foi mais intenso e as várias organizações político-partidárias procuravam alargar a sua implantação e influência por todo o território, tornou-se relativamente frequente a multiplicação de periódicos em áreas onde a procura potencial os não justificava, o que contribuiu certamente para a efémera existência de muitos títulos.

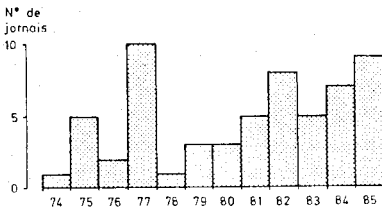


Fig. 2—Ano de fundação dos 59 jornais de âmbito regional analisados, surgidos entre 1974 e 1985.

Não deixa de ser significativo observar a irregularidade registada na frequência anual das datas de fundação dos 22 jornais que tiveram origem entre 1974 e 1980 (fig. 2), o que parece indicar um período de forte movimentação no seio da imprensa regional. Assume também particular significado verificar que a totalidade dos periódicos analisados, cujas entidades proprietárias são associações culturais e/ou recreativas, cooperativas ou órgãos das autarquias locais foram fundados após 1974 (quadro I).

As autarquias locais terão desempenhado um papel de relevo nesta fase de renovação da imprensa regional. Constituindo o principal agente de transformação da realidade local, e polarizando quase exclusivamente a responsabilidade pela modernização e pelo desenvolvimento sócio-económico dos municípios, o Poder Local encontrou na imprensa regional um veículo de divulgação da sua acção e objectivos, e de ligação com as populações. O incremento da participação popular na vida municipal, o despertar de uma nova «consciência local», e a valorização das potencialidades do município, constituíram três importantes linhas de orientação da política autárquica, expressas através dos jornais locais e regionais. A publicidade da acção dos órgãos autárquicos, e o apoio financeiro que estes frequentemente dão à imprensa, não estarão também

decerto desligados dos dividendos políticos e eleitorais a retirar pelas forças partidárias dominantes no poder autárquico.

É curioso verificar que em 1977, ano em que as autarquias locais vêem consagrada legalmente a sua autonomia (Lei 79/77, que define o conjunto de atribuições que são conferidas às autarquias, bem como as competências legais dos respectivos órgãos), teve origem um elevado número de títulos (fig. 2), o que vem, de certa forma, confirmar a estreita relação entre o Poder Local e a imprensa regional e local após 1974.

O alargamento do alcance geográfico do conteúdo informativo de muitos periódicos cujo noticiário se confinava frequentemente aos limites municipais, parece ter tido uma alteração significativa, sobretudo na década de 80, e prende-se com algumas causas entre as quais destacaremos:

— a um nível mais geral, a maior integração económica e social do território e a maior mobilidade geográfica da população;

— a multiplicação de «boletins municipais» editados pelas Câmaras Municipais que começam a veicular o noticiário mais relevante de nível exclusivamente local;

— o enfoque político que durante os últimos anos tem sido dado ao problema da regionalização e que se tem repercutido com intensidade na imprensa regional, nomeadamente discutindo os aspectos relativos às futuras competências e atribuições das regiões e sobretudo aos seus limites territoriais.

A análise da implantação territorial da imprensa regional exigiria naturalmente o conhecimento do alcance geográfico de cada um dos periódicos e dos seus conteúdos informativos, o que ultrapassa o âmbito desta nota. Contudo poder-se-ão aflorar alguns aspectos e hipóteses explicativas dessa implantação através das figuras 3 e 4, tendo em atenção que em ambas é considerado o total de edições, em cada mês, dos jornais editados em cada concelho, independentemente da sua periodicidade, alcance geográfico e volume de tiragem.

Procurou-se observar a distribuição espacial da sede dos jornais, verificando paralelamente a importância de cada concelho na difusão de informação regional (fig. 3 e 4), ainda que, neste caso, as conclusões sejam obviamente bastante limitadas (seria necessário, como já se referiu, verificar as tiragens médias e sobretudo as áreas de destino de cada periódico).

Genericamente nota-se uma forte cobertura do território nacional, na medida em que a larga maioria dos concelhos do país tem sediado pelo menos um periódico. As excepções verificam-se nas regiões do interior, nomeadamente em Trás-os-Montes, Beira Interior e Alentejo. As sedes de distrito e alguns centros urbanos (Barcelos, Guimarães, Penafiel, Figueira da Foz, Espinho, Abrantes, Elvas, Portimão, entre outros), destacam-se com um elevado número de edições, o que reflecte as suas funções de centros regionais de difusão de informação. Esta apreciação global tem no entanto variações regionais que importa

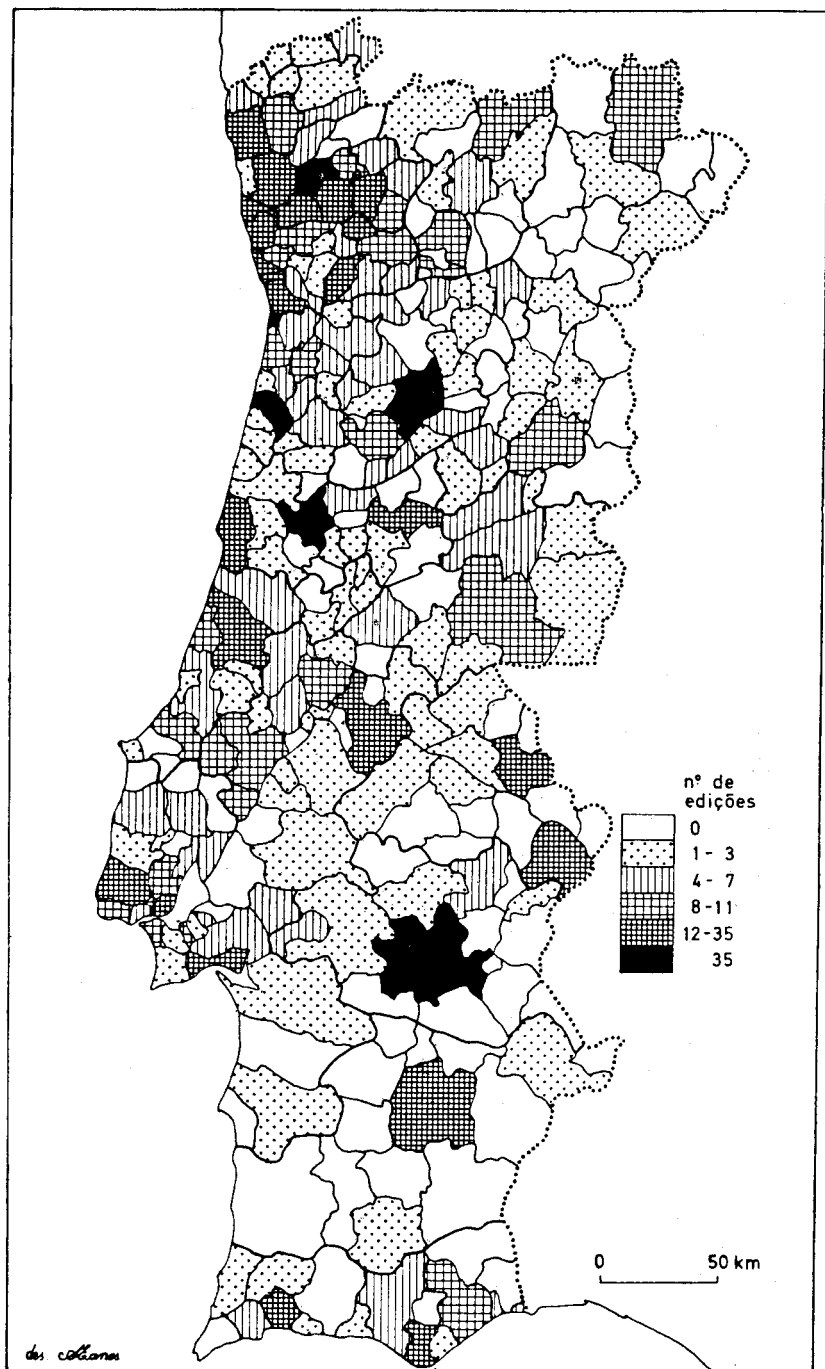


Fig. 3 — Número de edições de jornais de âmbito regional, por mês, 1987.

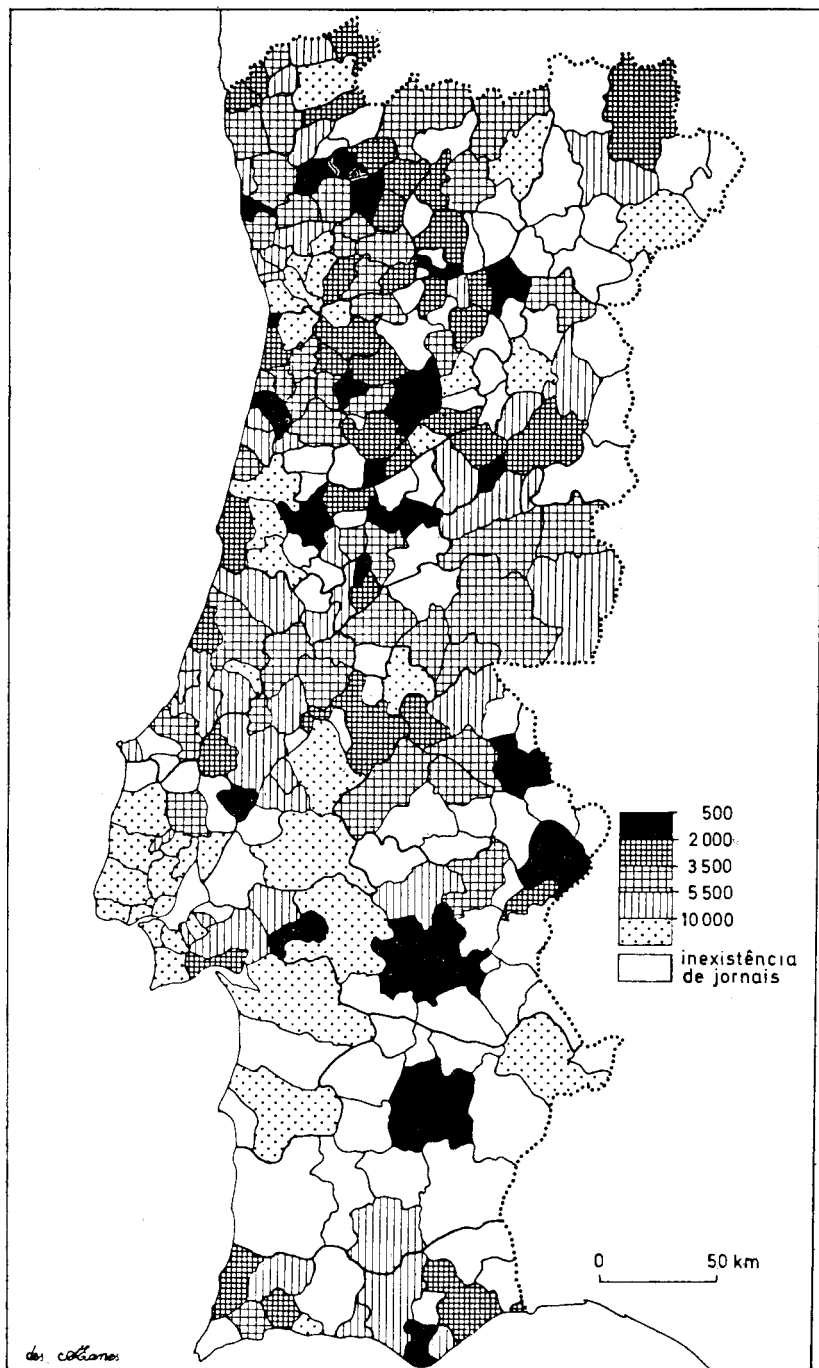


Fig. 4 — Número de eleitores por edição mensal de jornais de âmbito regional, 1987.

assinalar, e cujos contornos espaciais se encontram fortemente condicionados pelo fenómeno migratório.

Com efeito, quer a intensa corrente emigratória registada na década de 60 e início da de 70, quer as fortes migrações internas para Lisboa e Porto, implicaram uma diferenciação acentuada entre as áreas de origem e de destino dos jornais regionais e possibilitaram a existência de muitos periódicos em áreas onde por vezes a procura os não justificasse. A imprensa regional constitui um importante elo de ligação dos emigrantes à sua terra natal. Este facto permite evidenciar algumas características da distribuição observada na figura 4:

— uma maior implantação no Norte do país, particularmente em concelhos de forte emigração dos distritos de Viana do Castelo, Vila Real e Viseu, com evidência para algumas áreas onde o movimento migratório se fez sentir com mais intensidade no duplo sentido estrangeiro/centros urbanos do litoral (sobretudo o Porto): Melgaço, Ponte da Barca, interior do distrito de Braga, vale do Douro, interior do distrito de Aveiro e parte ocidental do distrito de Viseu;

— a saliência de Arganil, no distrito de Coimbra, confirmando a precocidade e a profundidade com que a migração para Lisboa afectou todo o interior deste distrito;

— a fraca implantação nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, sobretudo na primeira;

— uma menor cobertura do Alentejo que, para além de outras razões, se pode relacionar com as características sociais do migrante desta região. A sua condição de assalariado, sem possuir terra própria, leva-o a quebrar com mais facilidade a ligação com o local de origem. Note-se que em oposição ao migrante camponês do Norte, que encara quase invariavelmente como provisória a sua situação de emigrado e que tem como objectivo final regressar um dia à terra de origem, o emigrante alentejano que se dirige para a região de Lisboa, de um modo geral não pensa em voltar ao Alentejo. Esta diferença reflecte-se nas próprias ligações familiares dos migrantes com os locais de origem: geralmente intensas no Norte e Centro, e muito ténues ou mesmo nulas no Sul (emigra geralmente todo o núcleo familiar).

Uma limitação à implantação da imprensa regional diz respeito à elevada percentagem de analfabetos que ainda se regista em algumas áreas do país. O analfabetismo afecta com particular incidência todo o Alentejo, a serra e o barrocal algarvio, Trás-os-Montes e Beira Interior, e apresenta uma forte correlação com a população idosa. Sobretudo no distrito de Beja, onde em 1981 cerca de 35% da população com mais de 15 anos não sabia ler nem escrever, a quase totalidade dos concelhos não edita qualquer jornal.

As áreas metropolitanas de Lisboa e Porto apresentam um escasso número de edições quando comparado com o volume de população aí residente, na medida em que são duas áreas essencialmente consumidoras de jornais da «provincia». Para além disso, o noticiário de âmbito regional e mesmo local é frequentemente veiculado pelos órgãos de comunicação social de alcance nacional.

A posição de alguns centros permite-lhes alcançar uma acessibilidade, em termos regionais, suficiente para garantir a existência de muitos jornais. Como já mencionámos, encontram-se nesta situação a maioria das capitais de distrito, não só porque concentram uma grande parte do equipamento terciário de âmbito regional, originando fortes relações de dependência funcional relativamente a outros centros de hierarquia inferior, mas também porque ocupam, na generalidade dos casos, uma localização central na área que servem.

Encontram-se também naquela situação duas áreas que verificam por este motivo uma produção de jornais relativamente mais elevada: o eixo Lamego-Régua-Vila Real, com saliência para Peso da Régua, e um conjunto de concelhos do norte dos distritos de Santarém e Portalegre (Entroncamento, Vila Nova da Barquinha, Abrantes, Tomar e Gavião). Ambas as áreas são servidas por importantes nós rodoviários e ferroviários e têm constituído os principais pontos de ligação inter-regionais do interior do país, onde a actividade comercial tem registado um especial desenvolvimento.

FERNANDO HONÓRIO